****

**REPÚBLICA DE ANGOLA**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS**

*Direcção Nacional dos Direitos Humanos*

 **1.Introdução**

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos promoveu e realizou em parceria com o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD – Angola), um Seminário de “**Reforço dos Comités Provinciais de Direitos Humanos” e uma Palestra com os temas “Educação para uma Cultura dos Direitos Humanos” e “Acesso a Terra”** no Cuanza Sul os dias 28 e 30 de Junho respetivamente.

O Seminário teve como objectivos:

* Reforçar o Comité Provincial de Moxico;
* Estabelecimento de mecanismos locais de promoção e protecção do Direitos Humanos;
* Apresentar temas de interesse para a província: A Educação em Direitos Humanos; O Direito á Terra e Os Comités Provinciais de Direitos Humanos;
* Apresentar – experiências/exemplos de boas práticas de funcionamento de outros comités

**2. Desenvolvimento**

**2.1- Encontro e Seminário de Reforço do Comité Provincial dos Direitos Humanos (28 de Junho)**

O Encontro com o Comité Provincial dos Direitos Humanos (CPDH) realizou-se numa das Sala da Delegação da Justiça e dos Direitos Humanos e participaram 46 pessoas, isto é, os membros do Comité e alguns convidados que normalmente trabalham com o Comité.

A actividade foi presidida pelo Delegado da Justiça e dos Direitos Humanos, o Dr. Fortes, ladeado pela Directora Nacional dos Direitos Humanos, Dra. Ana Celeste C. Januário, e pela Chefe de Departamento para a Coordenação dos Comités Provinciais dos Direitos Humanos, a Dra. Luísa. Buta António.

Na sua intervenção, o Dr. Fortes apresentou o ponto de situação do CPDH do Cuanza Sul, Empossado em novembro de 2015 e em pleno funcionamento e ressaltou a importância da formação e capacitação do Comité, assim como a necessidade de divulgar e educar a população sobre os seus direitos para facultar assim às possíveis vítimas das ferramentas para reivindicar os seus direitos.

Após as breves considerações do Sr. Delegado, a Dra. Luísa Buta António fez a apresentação do tema intitulados “Os Comités Provinciais dos Direitos Humanos”. Na sua apresentação abordou sobre a importância dos Comités de Direitos Humanos, função e relevância ao nível provincial e nacional. Abordou sobre as actividades de promoção e protecção que devem ser desenvolvidas pelo Comité de forma a dar a conhecer aos cidadãos os seus direitos e os mecanismos de resolução de litígios existentes.

A seguir da apresentação do temas, os participantes realizaram os seguintes questionamentos e/ou contribuições:

 -Necessidade de encontrar fundos para o financiamento das actividades do Comité

 -Alargamento do Comité aos Municípios

-Sugestão: criar modelos de cartilhas em línguas nacionais e de acordo ao contexto sobre os Direitos Humanos

-Preocupação sobre alguns litígios entre particulares e com a Administração sobre o Acesso á Terra e as formas de resolução dos mesmos

**Inauguração das Salas do Comité de Direitos Humanos**

No âmbito do Reforço do Comité Provincial dos Direitos Humanos do Cuanza Sul, o Sr. Secretário para os Direitos Humanos, Dr. António Bento Bembe, inaugurou as salas para o funcionamento do Comité anexa á Delegação da Justiça e dos Direitos Humanos. No acto de inauguração, o Sr. Secretário para os Direitos Humanos a importância do Comité na promoção e protecção dos Direitos dos cidadãos, ressaltou como positivo o facto do Comité ter um espaço próprio para tender os cidadãos que acorrem para aconselhamento e ou informação. Felicitou a Delegação do Cuanza Sul e instou os membros do Comité a reforçarem as sua acções de promoção e protecção dos direitos Humanos dos cidadãos.

**2.2- Palestra Sobre os Temas: Educação para uma Cultura dos Direitos Humanos e Acesso à Terra**

A actividades realizou –se no Anfiteatro do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) do Sumbe e participaram membros do Executivo Local, docentes e discentes do ensino Geral e Unviversitário, empresários, Entidades Religiosas, membros da Policia Nacional e membros da Sociedade Civil num total de 160 pessoas entre 108 Homens e 52 Mulheres.

Na sessão de abertura o Sr. Delegado da Justiça e dos Direitos Humanos, Dr. Fernando Fortes teceu breves considerações sobre a actividade realizada em parceria com o Comité e o PNUD. Na ocasião fez –se a entrega de Diplomas de Mérito a três membros fundadores do Comité: Dr. Augusto da Silva Pinheiro, Juiz Provincial Jubilado; Dr. Correia Bongue, Ex- Director Provincial do Instituto Nacional da Criança e Dr. Duval Pombal, Jurista e Jornalista.

A abertura do Seminário foi realizada pelo Vice - Governador para o Sector Tecnico e Infra Estruturas Eng. Demetrio Sepulvedra, em representação do Governador Provincial General Eusébio de Brito que reconheceu a importância do Comité e deste tipo de actividades para a Provincia sobretudo no contexto actual do País, preparação para as Eleições Gerais. Referiu –se ainda as algumas acções desenvolvidas pelo Governo Provincial e matéria de Direitos Humanos e agradeceu a inciativa e entrega do Secretário de Estado para os Direitos Humanos.

Na **Palestra** foram desenvolvidos dois temas seguidos de debate interactivo.

**TEMA 1**: **EDUCAÇÃO PARA UMA CULTURA DO DIREITOS HUMANOS**

Este tema foi dissertado pelo Dr. António Bento Bembe, Secretário de Estado para os Direitos Humanos, que começou por apresentar o conceito de Direitos Humanos a necessidade da sua educação, os objectivos pretendidos com a matéria.

Sublinhou a necessidade de cada um de nós contribuir para a garantia e promoção dos Direitos Humanos , isto é, precisamos ser juizes ceveros de nós próprios e saber até que ponto a nossa actuação confere dignidade aos outros, abordou sobre o facto de vivermos num mundo onde o sentido de cooperação coexistência e convivência revela a impossibilidade de vivermos isolados. Realçou a necessidade de mudança de actitudes valores e comportamentos e conciliar a formação técnica com a ética do sentido de humanismo, isto cria um ambiente de segiurança e de paz pois cada um na sociedade está investindo na dignidade da pessoa. A Educação para uma cultura de Direitos Humanos da-nos a cosnciência de sermos detentores de direitos contudo, temos deveres atribuídos, assim, é preciso cultivar o respeito pelo outro.

**TEMA 2: ACESSO À TERRA**

Este tema foi apresento pela Dr. Walter Fernandes, Consultor Jurídico especialista em assuntos de Direito e Acesso à Terra.

Na sua abordagem, o palestrante falou sobre o Acesso à Terra como um direito fundamental (que além de ser indispensáveis e inegáveis a pessoa humana, todos os Estados que se dizem democráticos e de direitos, devem respeita-los e protege-los, dentro da sua garantia de legalidade democrática). A ideia da posse de terra como um direito humano, não só marca as lutas constantes em Angola entre os possuidores por via do direito costumeiro e os outros por via do direito positivo.

Por força do artigo 13º da CRA na garantia deste direito é aplicável0 também em Angola as normas internacionais (Declaração Universal dos Direitos Humanos – 10 de Dezembro de 1948, Carta Africa dos Direitos Humanos e dos Povos – 26 de Junho de 1981).

A questão do direito à terra ou acesso à terra, não se esgota nos mecanismos jurídico-legais que visam a protecção dos detentores de direito sobre terras, mas também os que não detêm posses e que por este facto precisam de uma parcela de terra para construir a sua casa ou para desempenhar qualquer outro direito socialmente relevante em obediência as linhas basilares dos Direitos Humanos.

O palestrante explicou a Lei de Terras, como lei específica, que além de estabelecer princípios, estabelece também condições e meios de acesso a direitos fundiários sobre terrenos concedíveis, direitos estes previstos nos termos do seu artigo 34.º e antevê também a possibilidade requisição e expropriação por utilidade pública (artigo 12.º ). Porém, explicou o Regulamento Geral de Concessão de Terreno que é o diploma que tem como objectivo tornar o processo de concessão de terra célere, transparente, isento e com rigor, e que vai um pouco mais afundo desde os tipos de direitos a transferir para os particulares, bem como as formas de concessão e aquisição. Que podem ser mediante compra e venda, a título gratuito etc. (artigos 32.º 46.º, 48.º, 77.º ).

O Dr. Walter informou sobre os procedimentos para aquisição da terra para nacionais, posse de terra e estrangeiros, usufruto da terra nos termos do artigo 39 da Lei de terras. Por último explicou sobre a iniciativa processual para a concessão, os tipos de terrenos e as dimensões dos terrenos que podem solicitar os particulares.

Após apresentação dos temas, intervieram 13 participantes que colocaram questões e apresentaram contribuições sobre:

- Como garantir os direitos das vítimas quando os autores da violação de direitos são membros da administração (ou familiares);

-Exemplos de algum caso de violação/abuso da administração no acesso a terra nas comunidades;

-Tratamento do Tráfico de Seres Humanos em Angola;

-Garantir o Direito de Manifestação e criação de mecanismos de diálogo para este fim;

-Procedimentos para o acesso aos terrenos e prazo para construir sobre o mesmo;

-Sugestão: elaboração de um Manual sobre a Pauta Deontológica para a Função Pública;

-Actuação do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos nos casos de violação dos direitos por parte da Policia Nacional e nos casos de “intolerância” política;

-Reforçar a ligação Família – Igreja – Escola na divulgação/educação em Direitos Humanos.

Os dois palestrantes responderam as questões colocadas pelos participantes e recomendou –se a realização de actividades do género, pois a plateia foi bastante interventiva.

No final do Seminário o Delegado Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos teceu palavras de agradecimento a todos.

**2.1.2.-**  **Conclusões:**

* Há necessidade de implementar uma política de Educação em Direitos Humanos para uma melhor promoção e protecção dos mesmos e atingir uma cidadania plena;
* Os Comités Provinciais de Direitos Humanos são um importante mecanismo a nível provincial para a promoção e protecção dos Direitos Humanos;
* O Comité Provincial dos Direitos Humanos do Cuanza Sul esta com uma boa dinâmica de trabalho, foi inaugurada as suas instalações e pretende estender as suas acções a todos os municípios, no entanto carece de fundos próprios para a realização de algumas actividades;
* Os cidadãos tem feito solicitações para aquisição de direito de superfície e posse de terra, mas verifica-se muitas falhas nos procedimentos e processos de aquisição de terra.
* Necessidade de realizar palestras e encontros de informação sobre os mecanismos de acesso a terra para diversos fins na Província.

ORÇAMENTO – GASTOS $ (Tipo de cambio 165)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nº** | **Rúbrica** | **PNUD**  | **MJDH** |
| **1** | **Pessoal** |  |  |
|  | Equipa técnica (preparação dos materiais de trabalho) | Assistência Técnica | Equipa DNDH |
|  | Palestrantes (1) | 300 |  |
|  | Moderador (1) |  | Equipa GSEDH |
|  | DAS (2) | 635 |  |
| **3** | **Catering** | 4.550 |  |
| **4** | **Materiais** | 1.000 |  |